ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES E AMIGOS DAS CRIANÇAS DO CASAL DAS FIGUEIRAS

APACCF

PROJECTO EDUCATIVO
"HUMANOS de DIREITOS"

2020-2021

Setúbal

Setembro de 2020

Educar é então iniciar uma criança no jogo das trocas, trocas recíprocas com os que o rodeiam, trocas unívocas com os humanos e com as civilizações de antigamente ou de algures.

Qualquer que seja o conteúdo, matemática, física, história ou filosofia, o ensino não tem por finalidade trazer saber, mas, através do saber, fornecer melhores vias que permitam participar nas trocas.

A. Jacquard, 1998

Sumário

1. Introdução....4
1. Caracterização do Contexto....6
1.1. Setúbal, capital de distrito, sede de concelho....6
1.2. União das freguesias de Setúbal - Freguesia Nossa Senhora da Anunciada....6
1.2.1. Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada....8
1.3. Caracterização Demográfica....9
2. A Instituição....10
2.1. Missão....10
3. Organização e Gestão da APACCF....12
3.1. Cronograma das Respostas Sociais....12
4. Caracterização das Respostas Sociais para a Infância....13
4.1. Caracterização do Centro de Actividades de Tempos Livres....13
4.2. Caracterização da Creche Familiar....16
4.3. Caracterização do Jardim de Infância "O Comboio"....18
4.4. Caracterização do Jardim de Infância do Casal das Figueiras....21
4.5. Caracterização do Berçário/Creche "A Colina"....24
5. Sociedade e Educação....29
5.1. AS TENSÕES ACTUAIS DA CIDADANIA....31
6. Direitos Humanos e Cidadania....33
7. Objectivos....35
7.1. Objectivos Gerais....35
7.2. Objectivos Específicos....36
8. Avaliação do Projecto Educativo....37
9. Posições Finais....39
10. Bibliografia....41

Nota Introdutória

Este Projecto Educativo está dividido pela **Introdução**, que pretende contextualizar a temática escolhida para guiar toda a intencionalidade pedagógica; a **Caracterização do Contexto**, apresentando Setúbal – concelho – e a Freguesia onde a instituição está inserida, bem como a **Caracterização Demográfica**. Em seguida surge **A Instituição**, efectuando uma exposição da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (APACCF), sua **Missão**, **Organização e Gestão**. Prossegue-se com a **Caracterização das diferentes Respostas Sociais para a Infância**; a **Fundamentação Teórica**, onde se aprofunda a temática do Direitos Humanos; os **Objectivos Gerais e Específicos**; a **Avaliação do Projecto Educativo**; **Posições Finais e Bibliografia**.

1. Introdução

Entende-se hoje que seja qual for o desenvolvimento pretendido, ele terá sempre que ser visto numa perspectiva social e deverá resultar de alterações positivas, em quantidade e qualidade, daquilo que, vulgarmente, cada vez mais é conhecido como capital social e que deverá, por sua vez, assentar numa cooperação socialmente ampliada.

Assim, o capital social pode e deve crescer e aperfeiçoar-se. É então possível que se apontem processos e se orientem estratégias nesse sentido, isto é, que sejam objecto de aprendizagem e que possam ser considerados como factores de desenvolvimento. A sociedade deverá estar preparada para isso e qualquer Espaço Educativo terá aqui um papel importante, quer na descoberta de novos desafios, quer no fornecimento das competências necessárias ao estabelecimento de redes de organizações e à consolidação dos princípios democráticos. Prevalece assim a indispensabilidade da Educação para a Cidadania enquanto promotora de capacidades e atitudes que levem a criança a entender e a respeitar o mundo em que vive, tendo sobre ele uma apreciação crítica que lhe permita fazer opções num contexto de cooperação sistémica e de valores humanos. Estas pedagogias terão necessariamente que ser assumidas como "pedagogias de desenvolvimento, necessárias e fundamentais para a sustentabilidade das espécies, humana, animal e vegetal"(Costa e Queiroz, 2000).

É isto que se espera da Educação, será também sobre isto que mais tarde ou mais cedo a Escola será responsabilizada. Se por um lado a Educação não se pode colocar aparte da vertiginosa evolução social, por outro, a Escola tem necessariamente que ser o garante de referências que intencionalmente ajudem a Sociedade, cada vez mais global, na resolução dos seus conflitos.

Hoje o mundo assiste a fenómenos de exclusão social, violação de direitos básicos, agressividades religiosas, abusos, migrações. Muitas vozes referem a necessidade de uma educação para os Direitos Humanos como uma hipótese séria de se debelarem os impasses do mundo actual, na expectativa de que à Escola, a todos os espaços educativos, caberá um papel importante no seu compromisso de construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Este Projecto Educativo (PE) nasce a partir da observação directa e do levantamento de problemáticas associadas às referenciadas, não pretendendo responder a todas na mesma medida ou, eventualmente, apresentar soluções imediatas ou conclusivas. Pretende, antes, caminhar de mãos dadas com toda a comunidade educativa, construindo, a cada dia, uma responsabilidade cívica, consciente e indissociável do âmago de cada um.

1. Caracterização do Contexto

1.1. Setúbal, capital de distrito, sede de concelho

Setúbal é uma cidade portuguesa, capital do distrito de Setúbal (desde 1926) e sede de diocese (desde 1975), situada na região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal.

É sede de um município com 230,33 km² de área e 121 185 habitantes (censos de 2011), subdividido em 5 freguesias.

Setúbal já existia desde o tempo dos romanos (sendo na época uma aldeia) tendo a cidade vizinha Palmela sido conquistada por Afonso Henriques em 1147.

O Casal das Figueiras pertence à União de Freguesias de Setúbal, antiga freguesia Nossa Senhora da Anunciada.

1.2. União das freguesias de Setúbal - Freguesia Nossa Senhora da Anunciada

Área territorial: 29,17 km2

A fundação da freguesia de Nossa Senhora da Anunciada data de 14 de Março de 1553, após a desanexação da freguesia de São Julião, mas a sua história remonta à Antiguidade, época em que se regista a ocupação humana na área a que se dá o nome de Troino, com especial incidência durante o período romano.

É a partir dos finais do século I a.C. que os romanos constroem complexos industriais de salga de peixe neste núcleo urbano, na Comenda, junto à margem esquerda da Ribeira da Ajuda.

A história da freguesia de Nossa Senhora da Anunciada volta a ter bem presente o desenvolvimento de atividades ligadas à pesca, à exploração e comércio de sal durante o século XIII, período em que Setúbal é repovoada na zona baixa que se estende até ao Troino, após o estabelecimento da Ordem de Santiago nas povoações vizinhas de Alcácer do Sal e Palmela.

Um dos marcos da identidade da freguesia remonta a 1250, data em que se acredita ter surgido a imagem de Nossa Senhora a uma pobre mulher, dando assim origem à criação da Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, em 1368.

A crença no milagre e a devoção à santa motivaram a construção da Igreja da Confraria, sedeada no local onde se presume ter ocorrido o milagre, e que mais tarde serviu de igreja paroquial. A esta irmandade deve-se a construção do Hospital e Confraria de Nossa Senhora da Anunciada, sediada na igreja com o mesmo nome, constituída por duas enfermarias, uma feminina e outra masculina.

Entre os séculos XIV e XVI, Setúbal viu crescer várias construções, como a Torre do Outão, em 1390, destinada à proteção do porto, os conventos de São Francisco, em 1410, e de Jesus, em 1490, e a Fortaleza de São Filipe, em 1582.

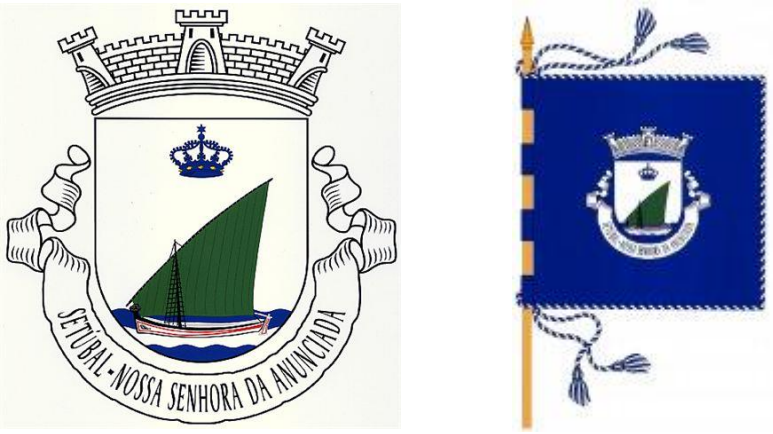
O desenvolvimento de Troino acentuou-se entre os séculos XV e XVI, expandindo junto ao mar, desde o Sapal de Troino, atual Largo de Jesus, até à Fonte Nova. Após o Terramoto de 1755, esta zona sofreu grandes alterações, sendo de destacar a destruição da igreja paroquial. A capela do Outeiro da Saúde passou a acolher a paróquia, onde se manteve até ao ano de 1878. A 25 de Novembro de 1858, a população reviveu um sismo que provocou a destruição de casas e bens.

Entre os séculos XIX e XX assiste-se à afirmação da indústria conserveira, que contribuiu com uma maior empregabilidade para os habitantes de Troino, em resultado do aumento do número de fábricas dedicadas à conserva de peixe.

Este fenómeno conduziu ao aumento da população que procurava trabalho nas fábricas, tendo a câmara municipal aprovado, em 1886, um projeto de construção de um novo bairro, localizado na Praia do Penedo, para acolher os pescadores. Os trabalhadores da indústria construíram habitações na nova artéria da cidade, a Avenida Luísa Todi, e nos largos em redor, como o Palácio Feu Guião, no Largo da Fonte Nova, e o Palácio Botelho Moniz, no Outeiro da Saúde.

Com a reorganização administrativa de 2013, Nossa Senhora da Anunciada passou a integrar a União das Freguesias de Setúbal, juntamente com São Julião e Santa Maria da Graça. Com uma área territorial de 36,76 km e mais de 38 mil habitantes, a União das Freguesias de Setúbal reúne as áreas do concelho há mais tempo habitadas.

1.2.1. Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada



Brasão e bandeira da freguesia de Nossa Senhora da Anunciada

Torna público a ordenação heráldica do brasão, bandeira e selo da freguesia de Setúbal (Nossa Senhora da Anunciada), do município de Setúbal, tendo em conta o parecer emitido em 21 de Abril de 2005, pela Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, e que foi estabelecido, nos termos da alínea q), do n.º 2 do artº. 17º do Decreto-Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, sob proposta desta Junta de Freguesia, em sessão da Assembleia de Freguesia de 29 de Junho de 2005.

Brasão: escudo de prata, canoa do alto de negro, guarnecida de prata e vermelho, com mastros e cordame de negro, vestida de verde, vogando sobre ponta de três burelas ondadas de azul e prata; em chefe, coroa mariana de azul, com pedraria de ouro. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco, com a legenda a negro: «Setúbal – Nossa Senhora da Anunciada».

Bandeira: azul. Cordão e borlas de prata e azul. Haste e lança de ouro.

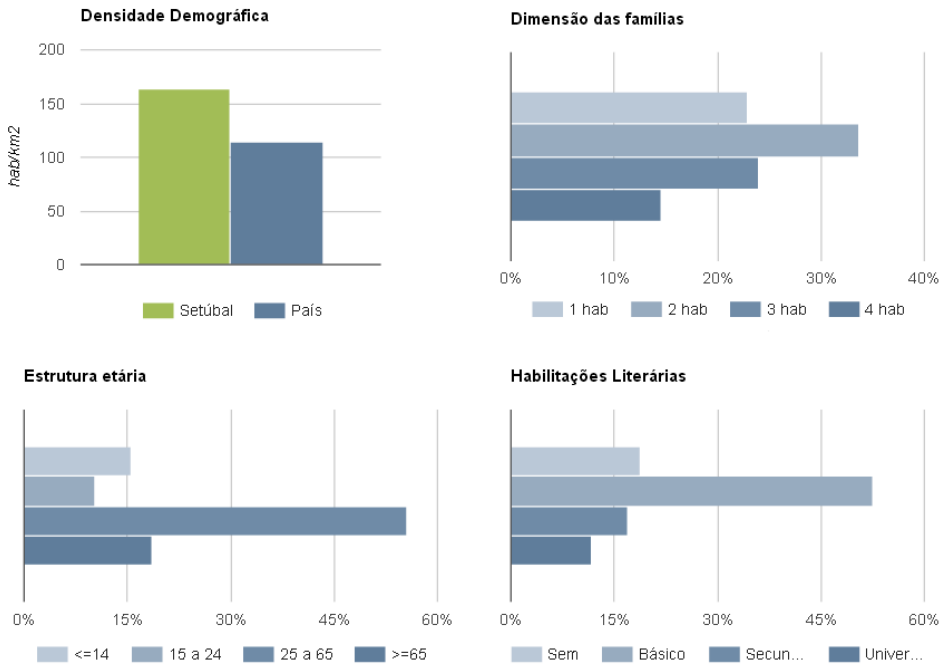
Selo: nos termos da Lei, com a legenda: «Junta de Freguesia de Setúbal – Nossa Senhora da Anunciada».

1.3. Caracterização Demográfica

O distrito de Setúbal é constituído por 13 municípios e 82 freguesias, ocupando uma área de 5214.10 km2, o que corresponde a 5.65% do território nacional.

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE - Instituto Nacional de Estatística, o distrito de Setúbal é habitado por 851.232 pessoas (8.06% dos habitantes a nível nacional), das quais, 18.56% têm mais de 65 anos e 15.63% são crianças ou adolescentes, uma estrutura demográfica que pode ser melhor compreendida se se considerar que por cada 100 jovens, existem 118 idosos

Ainda em termos demográficos, constata-se que das 341.321 famílias residentes no distrito de Setúbal, 22.94% são compostas por uma única pessoa (a média nacional cifra-se em 21.45%), e que o peso dos agregados domésticos com quatro ou mais indivíduos é de 4.97% (um resultado inferior ao que se verifica no país, em que o valor de referência se situa em torno dos 6.49%).



2. A Instituição

A APACCF- Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras é uma Instituição de Utilidade Pública, não-governamental. Foi fundada, em 1985, pelos Professores da Escola Básica nº 9 Casal das Figueiras como resposta a problemas de insucesso escolar e de exclusão social. Desde logo a comunidade escolar diagnosticou que a questão do insucesso provinha dos problemas socioculturais do bairro.

Face a esta problemática a Escola partiu do princípio que era necessário intervir e envolver todos os seus intervenientes. Assim sendo, a via para o sucesso escolar passava não só pela escola, mas também pela instituição "família" e pelos recursos disponíveis na comunidade local, pois, segundo ela "a questão da educação interessa a todos, sendo ponto assente que esta tarefa é da responsabilidade de todos os elementos intervenientes no processo educativo da criança".

Foi na base desta premissa que os professores desta Escola constituíram a APACCF, tendo como objetivo "desenvolver atividades que, por um lado, conduzissem à promoção pessoal e cultural das crianças (e jovens) e, por outro, provocassem uma intervenção junto das famílias e população em geral no sentido de contribuir para uma mudança de atitudes e comportamentos, face à educação destas crianças.

2.1. Missão

A APACCF tem como principal MISSÃO desenvolver atividades que promovam socialmente os seus utentes e as suas famílias, designadamente, os mais carenciados ou aqueles que se encontrem em situação difícil.

As atividades devem centrar-se na pessoa do utente, nos seus legítimos interesses, que a Instituição deverá defender, e no respeito pela participação do utente na construção do seu caminho para a inclusão.

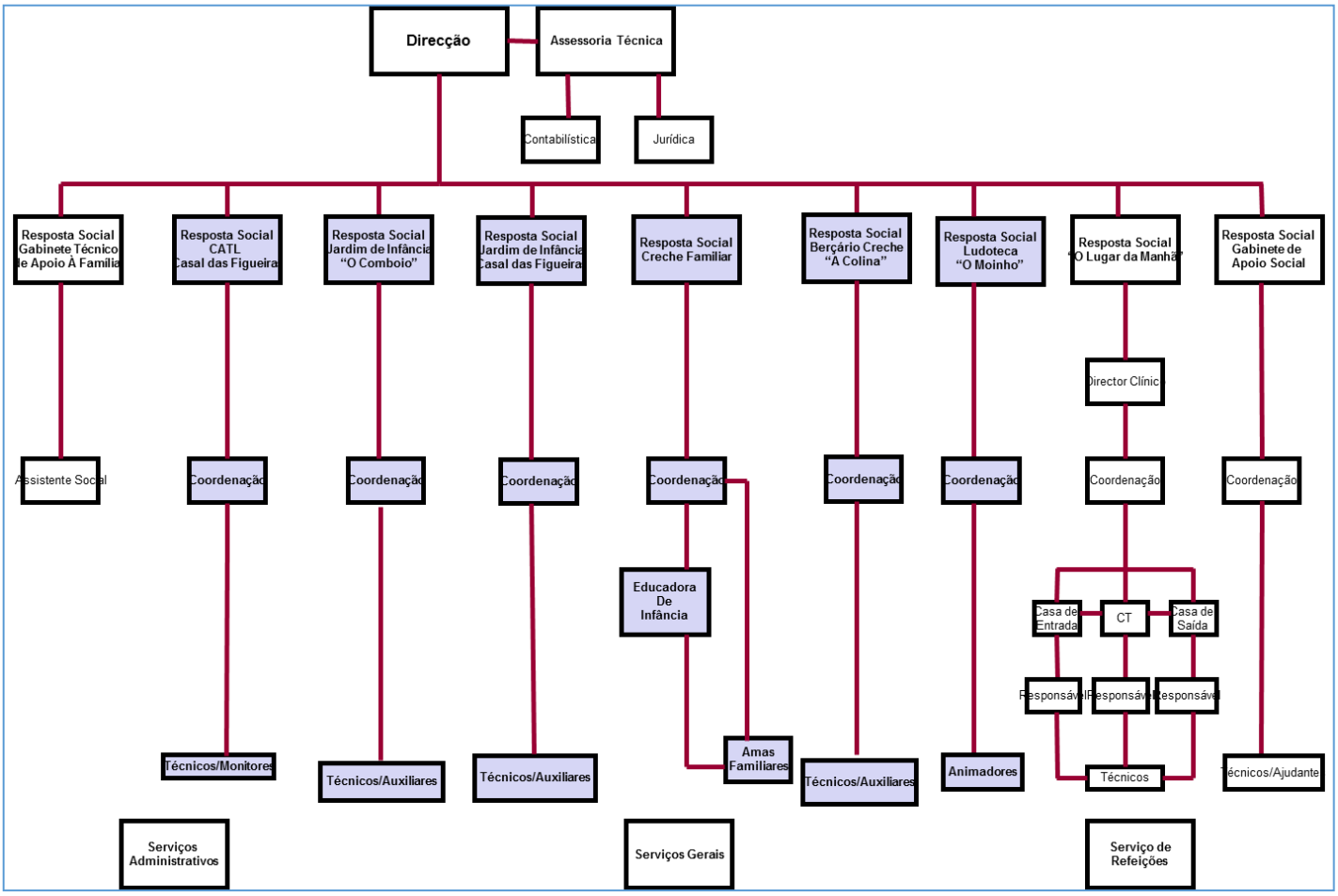
Para realizar a sua MISSÃO a Instituição orienta-se por princípios de solidariedade, ética profissional e parceria institucional.

Desde a sua ascensão, a APACCF, defende a prática de uma intervenção comunitária, a ser implementada em articulação com parceiros locais e governamentais, dos quais se destacam:

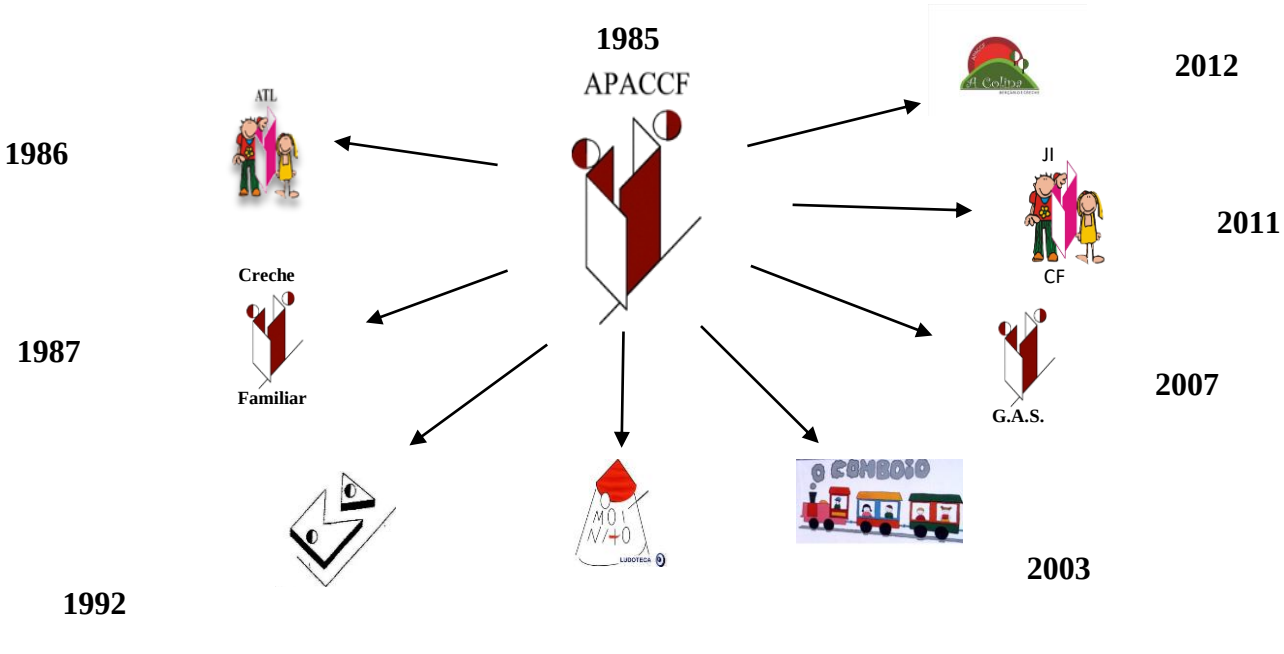
• Centro Distrital Segurança Social de Setúbal (CDSSS)
• Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)

- Câmara Municipal de Setúbal (CMS)
- Ministério da Educação
- Ministério da Saúde
- Instituto Português da Juventude (IPDJ)

3. Organização e Gestão da APACCF



3.1. Cronograma das Respostas Sociais



4. Caracterização das Respostas Sociais para a Infância

4.1. Caracterização do Centro de Actividades de Tempos Livres

IDENTIFICAÇÃO

ATL - Casal das Figueiras

Instituição Particular de Solidariedade Social

SUPORTE JURÍDICO

Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (A.P.A.C.C.F.)

TUTELA

Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social

LOCALIZAÇÃO

Rua José Gomes Ferreira, Casal das Figueiras

2900 - 017 Setúbal

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Das 9:00 às 18:00 horas

(Com apoio nas entradas a partir das 7h30 e nas saídas até às 19 h)

CAPACIDADE

150 Crianças

GRUPO DE CRIANÇAS

Uma média de 150 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos. As cerca de 150 crianças encontram-se distribuídas por dois turnos: o turno da manhã e o turno da tarde; consequentemente as crianças de cada turno são divididas pelas cinco salas de actividades, consoante os anos escolares que frequentam e as respectivas turmas, seguindo também as normas da DGS:

Sala Turquesa: crianças que frequentam o 1º ano

Sala Vermelha: crianças que frequentam o 2º ano

Sala Azul: crianças que frequentam o 3º ano

Sala Amarela: crianças que frequentam o 4º ano

Sala Branca: crianças que frequentam o 5º ano

PESSOAL DE ACÇÃO PEDAGÓGICA

Coordenação / Técnico Pedagógico - 1 Professora do 1oCiclo do Ensino Básico

Assistência Social – 1 Assistente Social

Técnicos de Educação – 6 Monitores, 2 Animadores Socioculturais, 1 Professor do 1º ciclo do Ensino Básico e 1 Educador de Infância

INSTALAÇÕES

O ATL dispõe de cinco Salas de Actividades: a Sala turquesa, a Sala Turquesa, a Sala Amarela, a Sala Azul e a Sala Branca; de uma biblioteca/sala de reuniões; de um Ginásio, (que em situação antes da pandemia também funcionava como espaço polivalente, onde se realizam festas, exposições e outras actividades); e de um Refeitório.

As instalações estão equipados com os apoios indispensáveis ao seu normal funcionamento, existem gabinetes, sala de reuniões, secretaria, cozinha e arrecadações, bem como sanitários para o pessoal e para as crianças.

ROTINA DIÁRIA

Período da Manhã…… Período da Tarde

HORA	MANHÃ
7:30/09:00	ACOLHIMENTO (Sala polivalente)
09:00/10:30	ACTIVIDADES/TPC Sala VERMELHA
10:30	LANCHE / EXTERIOR
11:00/12H15	ACTIVIDADES DO PROJECTO PEDAGÓGICO Sala VERMELHA
12:20	ALMOÇO / EXTERIOR Salas TURQUESA; AMARELA e VERMELHA
13:00	

HORA	TARDE	HORA	TARDE
13:00	ACOLHIMENTO Salas AZUL e BRANCA		
13:10	ALMOÇO / EXTERIOR		
14:30			
14:30/15:30	T.P.C. Salas AZUL e BRANCA	14:30/ 15:30	ACOLHIMENTO/EXTERIOR Salas TURQUESA e AMARELA
15:30	LANCHE / EXTERIOR	15:30	LANCHE
16:00/18:00	ACTIVIDADES Salas AZUL e BRANCA	16:00/ 17:00	T.P.C. Salas TURQUESA e AMARELA
18:00/19:00	SAÍDA (Sala Vermelha)	17:00/ 19:00	ACTIVIDADES/SAÍDA Salas TURQUESA e AMARELA

REUNIÕES

* Equipa da Sala

- Uma vez por semana (11h às 12h)

- Programação e Avaliação Semanal

* Equipa Pedagógica do A.T.L.

- Todos os dias (10h às 11h)

- Programar e Avaliar o trabalho conjunto

- Fornecer informações

- Discutir questões de interesse comum

* A.T.L. / EB1 Nº 9 Casal das Figueiras

(Quando necessário)

- Programar e Avaliar o trabalho conjunto

- Discutir questões de interesse comum

* Equipa Pedagógica e Encarregados de Educação

- Este ano não existiram reuniões, por motivos de COVID/pandemia

- Sempre que se verificar necessidade, mediante marcação prévia, solicitada por qualquer das partes.

4.2. Caracterização da Creche Familiar

IDENTIFICAÇÃO

Creche Familiar

Instituição Particular de Solidariedade Social

SUPORTE JURÍDICO

Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (A.P.A.C.C.F.)

TUTELA

Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social

LOCALIZAÇÃO

Rua Óscar Paxeco

2900 Setúbal

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A Creche Familiar funciona entre as 8h00m e as 19h.

A Creche Familiar, consiste num conjunto de Amas, que trabalham na sua própria casa, acolhendo um número limitado de crianças, 4, e são acompanhadas pela técnica da APACCF.

CAPACIDADE

60 Crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses.

PESSOAL DE ACÇÃO PEDAGOGICA

Coordenação / Técnico Pedagógico - 1 Educadora de Infância

Assistência Social – 1 Assistente Social

Técnicos de Educação – 10 amas

ROTINA DIÁRIA

A rotina é flexível, adaptada ao grupo de crianças que cada Ama tem, respeitando a heterogeneidade do mesmo.

REUNIÕES

* Equipa Pedagógica

Uma vez por mês são feitas reuniões com as Amas de caracter organizacional e pedagógico.

* Equipa Pedagógica e Encarregados de Educação

- Sempre que se verificar necessidade, mediante marcação prévia, solicitada por qualquer das partes.

4.3. Caracterização do Jardim de Infância "O Comboio"

IDENTIFICAÇÃO

JI "O COMBOIO"

Instituição Particular de Solidariedade Social

SUPORTE JURÍDICO

Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (A.P.A.C.C.F.)

TUTELA

Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social

Ministério da Educação e Ciência

LOCALIZAÇÃO

Rua Nossa Senhora do Cais, n.º 43

2900 - 205 Setúbal

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

Das 9:00 às 18:00 horas

(Com apoio nas entradas a partir das 7h30 e nas saídas até às 19 h)

CAPACIDADE

75 Crianças

GRUPO DE CRIANÇAS

Uma média de 75 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. As crianças são distribuídas em grupos heterogéneos, pelas seguintes salas:

Sala Rosa

Sala Verde

Sala Azul

PESSOAL DE ACÇÃO PEDAGÓGICA

Coordenação / Técnico Pedagógico - 1 Educadora de Infância

Assistência Social – 1 Assistente Social

Técnicos de Educação – 2 Educadoras de Infância e 5 Auxiliares de Acção Educativa

INSTALAÇÕES

O JI dispõe de três Salas de Actividades: a Sala Azul, a Sala Verde e a Sala Laranja; de um espaço exterior com aparelhos de escorrega e baloiços, ambos homologados e adequados à faixa etária e de um pequeno jardim.

As instalações estão equipados com os apoios indispensáveis ao seu normal funcionamento, existem gabinetes, sala de reuniões, Lavandaria, cozinha e arrecadações, bem como sanitários para o pessoal e para as crianças.

ROTINA DIÁRIA

Período da Manhã…… Período da Tarde

HORAS	MANHÃ
07:30/09:00	**ACOLHIMENTO/ Componente Sócio Educativa (Sala Laranja)**
09:00/09:30	**Reforço alimentar matinal**
09:30/11:00	**ACTIVIDADES/ Componente Pedagógica** Sala Azul, Sala Verde e Sala Laranja
11:00/12:00	**EXTERIOR**
12:00/13:00	**ALMOÇO**

HORAS	TARDE
13:00/15:00	**SESTA** crianças de 3 e 4 anos
13:00/14:00	**EXTERIOR**
14:00/15:30	**TRABALHO DE PRÉ-ESCOLAR** Crianças de 5 anos
15:30	**LANCHE / EXTERIOR**
16:00/19:00	**ACTIVIDADES Componente Sócio Educativa**

REUNIÕES do JI "O COMBOIO"

* Equipa da Sala

- Uma vez por semana (10h30 às 11h30)

- Programação e Avaliação Semanal

* Equipa Pedagógica

- Quinzenalmente (16h às 17h)

- Programar e Avaliar o trabalho conjunto

- Fornecer informações

- Discutir questões de interesse comum

* Equipa Pedagógica e Encarregados de Educação

- Outubro e Maio – Efectivar e aprofundar a relação diária que se mantém com a família das crianças e apresentar o trabalho pensado e desenvolvido na instituição

- Sempre que se verificar necessidade, mediante marcação prévia, solicitada por qualquer das partes.

4.4. Caracterização do Jardim de Infância do Casal das Figueiras

IDENTIFICAÇÃO

JI Casal das Figueiras

Instituição Particular de Solidariedade Social

SUPORTE JURÍDICO

Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (A.P.A.C.C.F.)

TUTELA

Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social

Ministério da Educação e Ciência

LOCALIZAÇÃO

Rua José Gomes Ferreira - APACCF

2900 - 017 Setúbal

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

O jardim de Infância do Casal das Figueiras funciona entre as 7h30 e as 19h, com o seguinte horário:

- Componente Letiva: 9h:00m – 17h.
- Componente de Apoio à Família:
  Entrada: 7h30-9h:00 – 17h - 19h00

CAPACIDADE

50 Crianças

GRUPO DE CRIANÇAS

Uma média de 50 crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos. As crianças são distribuídas em grupos heterogéneos, pelas seguintes salas:

Sala Laranja

Sala Verde

PESSOAL DE ACÇÃO PEDAGOGICA

Coordenação / Técnico Pedagógico - 1 Educadora de Infância

Assistência Social – 1 Assistente Social

Técnicos de Educação – 2 Educadoras de Infância e 4 Auxiliares de Acção Educativa

INSTALAÇÕES

O Jardim de Infância do Casal das Figueiras dispõe de duas Salas: a Sala Verde e Sala Laranja; de um Ginásio, (que também funciona como espaço polivalente onde se realizam festas, exposições e outras actividades), de um espaço exterior e de um Refeitório.

As instalações estão equipados com os apoios indispensáveis ao seu normal funcionamento, existem gabinetes, sala de reuniões, secretaria, cozinha e arrecadações, bem como sanitários para o pessoal e para as crianças.

ROTINA DIÁRIA

HORAS	ROTINAS
7h30-9h 30m	Acolhimento
9h30m-10h	Tapete Planificação das Atividades
10h-10h15m	Lanche da Manhã
10h20m-11h30m	Atividades livres ou dirigidas
11h30m-12h	Exterior e Higiene
12h- 13h	Almoço e Higiene
13h- 15h	Sesta/ Acividades livres ou dirigidas
15h15m -15h30m	lanche
15h30m- 17h	Atividades livres
17h -19h	Componente de apoio à família

REUNIÕES do JI Casal das Figueiras

* Equipa da Sala

- Uma vez por semana

- Programação e Avaliação Semanal

* Equipa Pedagógica do J.I Casal das Figueiras

- Uma vez por mês

- Programar e Avaliar o trabalho conjunto

- Fornecer informações

- Discutir questões de interesse comum

* Equipa Pedagógica e Encarregados de Educação

- Outubro, Fevereiro e Julho – Efectivar e aprofundar a relação diária que se mantém com a família das crianças e apresentar e avaliar o trabalho pensado e desenvolvido na instituição.

- Sempre que se verificar necessidade, mediante marcação prévia, solicitada por qualquer das partes.

4.5. Caracterização do Berçário/Creche "A Colina"

IDENTIFICAÇÃO

Berçário e Creche "A Colina"

Instituição Particular de Solidariedade Social

SUPORTE JURÍDICO

Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (A.P.A.C.C.F.)

TUTELA

Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Segurança Social

LOCALIZAÇÃO

Rua Óscar Paxeco

2900 Setúbal

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

A Creche "A Colina" funciona entre as 7h30m e as 19h.

CAPACIDADE

80 Crianças

N.º DE UTENTES ABRANGIDAS PELO ACORDO COM ACORDO COM A SEGURANÇA SOCIAL

66 Crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 36 meses.

PESSOAL DE ACÇÃO PEDAGÓGICA

Coordenação / Técnico Pedagógico - 1 Educadora de Infância

Assistência Social – 1 Assistente Social

Técnicos de Educação – Direção técnica - 1 Educadora de Infância

4 Educadoras de Infância; 12 Auxiliares de Educação

Outros Serviços - 1 Auxiliares de refeitório; 2 Auxiliares de limpeza; 1 Administrativo

INSTALAÇÕES

A Creche "A Colina" encontra-se organizada em três espaços, cada um deles com identidade e características próprias.

BERÇÁRIO

Espaço destinado à permanência das crianças entre o termo da licença de maternidade/paternidade e os 12 meses (aquisição da marcha)

*Berçário

Espaço destinado aos tempos de repouso e descanso dos bebés

*Sala Parque

Espaço dedicado aos tempos ativos, onde a criança poderá brincar e explorar o meio

SALA DE ATIVIDADES

(Espaços destinados ao desenvolvimento de atividades lúdicas e pedagógicas)

a) Sala de Atividades dos 12 aos 24 meses

b) Sala de Atividades dos 24 aos 36 meses

No que respeita à organização e disposição dos espaços da Creche, a mesma é composta por:

- Refeitório destinado aos períodos de alimentação;

- Copa destinada à receção, preparação e distribuição dos alimentos e refeições;

- Gabinete de Reuniões utilizado por todos os agentes envolvidos no processo de educação das crianças (Diretora Técnica, Entidade Titular, Educadoras de Infância, Encarregados de Educação e Auxiliares de Educação), sempre que seja necessária uma troca mais formal de informação;

- Sala de Isolamento onde consta um berço destinado a acolher as crianças com sintomas de doença;

- Secretaria/receção;

- Sala de Pessoal trata-se de um espaço próprio que todo o pessoal poderá utilizar em momentos de repouso como horas de almoço.

- Instalações sanitárias para as crianças devidamente equipadas com sanitas, fraldário, chuveiro e lavatórios;

- Instalações sanitárias para os adultos, adaptada para pessoas portadoras de deficiência e devidamente equipada com sanita, lavatório e chuveiro;

- Berçário e Sala Parque;

- Salas de Atividades equipadas com material lúdico-didático (livros, brinquedos, carrinhos, jogos de construções, puzzles, etc.), armários para arrumação de materiais, ponto de água (lavatório), mesas e cadeiras;

- Copa de Leites onde constam todos os leites em pó e as papas usadas pelos bebés;

- Sala de Acolhimento equipada com material lúdico – didático destinado a receber e entregar as crianças ao início e final do dia; a realizar a psicomotricidade, reuniões de pais e festas;

- Como espaço exterior, a Creche possui dois locais destinados ao recreio das crianças. Estes espaços encontram-se murados em todo o seu perímetro e dispõe piso aborrachado e amortecedor de quedas, onde se localiza o Centro de Atividades e Equipamento lúdico (escorrega, baloiços…), dispõe também de uma caixa de areia e de um chapinheiro.

ROTINA DIÁRIA

Horário	Atividades
7h 30m/9h 20m	Acolhimento
9h 30m	Lanche da Manhã
9h 45m	Experiências livres e orientadas
11h	Higiene e Preparação para o almoço – Salas 1/2 ANOS Exterior (quando o tempo permite) – Salas 2/3 ANOS
11h 15m/12h	Higiene e Preparação para o almoço – Salas 2/3 ANOS Almoço - Salas 1/2 ANOS
12h/15h	Sesta - Salas 1/2 ANOS
12h	Almoço - Salas 2/3 ANOS
13h/15h	Sesta - Salas 2/3 ANOS
15h	Higiene e preparação para o lanche - Salas 1/2 ANOS
15h/16h	Lanche da tarde - Salas 1/2 ANOS Higiene e preparação para o lanche - Salas 2/3 ANOS
16h/16h30m	Lanche da Tarde - Salas 2/3 ANOS
16h/17h	Experiências livres e orientadas- Salas 1/2 ANOS
16h30m/17h	Experiências livres e orientadas- Salas 2/3 ANOS
17h/19h	Saídas
19h	Encerramento da Creche

REUNIÕES

* Equipa da Sala

- Uma vez por semana

* Equipa Pedagógica da Creche

- Uma vez por mês
- Programação e Avaliação
- Discutir questões de interesse comum

* Equipa Pedagógica e Encarregados de Educação

- Outubro e Julho – Efectivar e aprofundar a relação diária que se mantém com a família das crianças e apresentar e avaliar o trabalho pensado e desenvolvido na instituição.

5. Sociedade e Educação

Foi alimentada no século passado, e ainda importada para este século, a ideia de que desenvolvimento estava irremediavelmente associado a progresso, tecnológico, económico, consumo, etc. Tendo em conta os avanços que se foram produzindo nestes domínios, nele se fixaram muitas expectativas no que toca a sucesso pessoal, bem-estar social, estabilidade profissional. Pensava-se que se estava a um passo de se obter uma sociedade mais justa, mais equilibrada, mais respeitadora, mais abundante. Bem depressa se verificou que os sinais desse desenvolvimento traziam consigo outros, infelizmente, bem mais desanimadores e preocupantes. Fenómenos de exclusão social, desemprego, violência, novo analfabetismo, emergem frequentemente nas sociedades desenvolvidas e, como em Santos (2003, p.8), a dúvida que se instalou permanece na "perplexidade de não sabermos o que abundará em nós nessa abundância".

Outro dos equívocos que tem atravessado as sociedades ao longo dos tempos é a ideia de que o desenvolvimento pode corromper os bons costumes e por isso colocar em risco a sua sobrevivência. Mas o mundo que trouxemos para o novo milénio está inevitavelmente marcado pela globalização e pela necessidade de enfrentar novos desafios e isso gera tensões só desvanecidas pela influência que as políticas educativas podem ter na construção de um mundo melhor (Delors, 1996, p.14).

Nesse sentido, os Direitos Humanos têm, igualmente, vindo a ser apresentados como resposta a estas tensões, havendo mesmo alguns países que os têm adoptado "nas suas constituições e noutras leis fundamentais relativas à Educação" (Estêvão, 2005, p.31), ainda que em muitos deles se "assista à reinterpretação dos princípios" e à manipulação dos seus quadros legais, acabando os direitos por não passarem de "uma espécie de manifesto de interesse meramente retórico, sem qualquer ancoramento à realidade" (Idem Ibidem, p.32). Ora, a primeira geração dos Direitos Humanos, consagrados nas primeiras declarações, assinalam particularmente uma separação entre Estado e não-Estado, e são um conjunto de direitos individuais universalizados por princípios liberais que marcam a emancipação do poder político, a libertação do poder económico e a superação do Estado Absoluto e religioso. Surgem ainda os direitos individuais exercidos colectivamente, que dão origem a movimentos associativos.

A segunda geração dos Direitos Humanos, também conhecida como "direitos de crédito", apenas incorporados nos textos constitucionais no séc. XX, em 1948, tem como novidades o Direito ao Trabalho, o Direito à Saúde, o Direito à Educação, numa perspectiva de se usufruir uma riqueza ou bem-estar, produzidos colectivamente e na peculiaridade do indivíduo singular estar mais capaz de exercer os seus direitos, já consagrados na primeira geração, dada a segurança obtida no respeito aos "direitos de crédito".

A terceira geração dos Direitos Humanos, dá continuidade e actualiza aquele que foi o caminho encetado nas duas primeiras declarações, oferecendo aos povos a possibilidade de verem legitimadas as suas reivindicações tendo como base a Família, o povo, a nação, as colectividades, a própria humanidade, não se encontrando esgotados todos os temas que respeitam à sociedade actual, uma vez que novas realidades perspectivam já uma "quarta geração" que tenha em conta os direitos referentes à manipulação genética ou ao controlo de dados informatizados, a título de exemplo .

Para Estêvão (2006, p.33, citando Rawls, 1998, p.74), "os direitos humanos têm como uma das suas funções fixar os limites da soberania interna do estado (…). Ora, para ele os direitos humanos são parte de um direito razoável dos povos que transcende os estados, e que, por isso, podem fixar limites às instituições domésticas.

Mas como é que alguém se torna cidadão do mundo sem em simultâneo perder as suas raízes de origem? Como é que a cultura se pode universalizar sem que a pessoa fique ameaçada na sua identidade cultural? Estas e outras tensões, entre tradição e modernidade, soluções a curto e a longo prazo, competição e necessidade de igualdade de oportunidades, desenvolvimento dos conhecimentos e as capacidades de assimilação por parte do homem, e entre o espiritual e o material, têm vindo a dificultar a humanidade na concretização da compreensão entre os povos e que os grandes princípios da democracia e da liberdade continuem motivantes (Delors, 1996,p.14).

Seja qual for o ponto de vista, a verdade é que estas tensões convergem num só ponto, a construção moral e social do indivíduo, numa dinâmica transversal e interdisciplinar. Todas apontam o caminho de uma educação de valores, todas reclamam por uma Educação para a Cidadania.

Que pressupõe então esta concepção de Educação, este paradigma emergente de uma sociedade em devir?

Esta é uma questão que nos obriga a reflectir sobre Cidadania e as tensões a ela ligadas.

5.1. AS TENSÕES ACTUAIS DA CIDADANIA

Para se viver em conjunto naquela a que chamamos de "aldeia global", devemos, antes de mais, aprender a viver nas comunidades a que pertencemos. Em democracia temos de definir se queremos e podemos participar na vida em comunidade, o que dependerá do sentido de responsabilidade de cada um (Delors, 1996). Se por um lado, esta democracia conquistou espaços anteriormente dominados pelo totalitarismo e pela arbitrariedade, por outro, nas zonas onde está há algum tempo institucionalizada, existe a tendência a tornar-se pouco estimulante. Recomeçar, renovar e reinventar, são necessidades constantes da sociedade actual.

Considerando sociedade actual como a sociedade no seu continum, temos então uma sociedade permanentemente ameaçada, não só porque a democracia não se mostra suficiente em si mesmo como garantia de liberdade e segurança individuais, mas também porque a globalização ameaça descaracterizar as comunidades locais, alterar valores, desprezar o património cultural e relegar para segundo plano o que de fundamental existe na identidade cultural de cada um.

Seguindo Figueiredo (2002, p.41) os conceitos associados ao Estado-Nação, não são claros, fruto de uma certa pluralidade, isto é, questões que se prendem com a multiculturalidade, a multilinguística, o facto de algumas regiões assumirem uma grande centralidade, "constituindo-se como uma força de pressão social dentro de um país" enquanto "Estados integram espaços transnacionais, cuja influência política supera, em algumas instâncias, a influência nacional".

Para as gerações do início do séc. XX, excepto para os que emigravam, o local de nascimento determinava a trajectória pessoal e social futura e "moldava, de forma quase decisiva, a forma como se concebia culturalmente o mundo" (Figueiredo, 2002, p.42). Para as gerações actuais, tudo se passa de maneira bem diferente, e mais diferente será nas gerações que se seguem, onde "palavras como "proximidade" e "distância" não correspondem assim ao que tradicionalmente significavam e as pertenças culturais podem ganhar configurações múltiplas, como acontece com todos os que vivem num lugar bem diferente daquele em que nasceram" (Idem, ibidem, p.42).

Nesse sentido, esta globalização deverá constituir "a partir de agora uma dimensão das percepções, dos raciocínios humanos, se bem que não vá abolir as outras dimensões – continentais, nacionais, locais" (Defarges, 1997, p.69), esta globalização, que ainda marginaliza uns em detrimento de outros, constrói grandes divergências sócio económicas entre os países,

marginalizando os que estão em vias de desenvolvimento, que persiste em colocar os valores financeiros à frente dos morais, da cidadania, do respeito pelo próximo, da entreajuda, da tolerância, globalização que, dizia eu, deverá, seguindo Defarges (Ibidem, p.64), ser submetida a uma redefinição por via da dimensão planetária. Assim sendo, a globalização "implica, em princípio, a unidade do planeta; na realidade amplia, reformula os conflitos".

6. Direitos Humanos e Cidadania

À Educação tem sido incumbido o preponderante papel de discutir e reflectir "sobre a construção do conhecimento, onde interagem várias dimensões, (do formar-se, do intervir)" (Hargreaves, 1998, cit. por Santos, 2005, p.33), nesse sentido, assume-se como fundamental que se definam estratégias onde a formação global da criança, numa perspectiva onde o conhecer e o intervir no real se encontrem (Freire, 1995, cit. por Santos, 2005), ganhe objectivos precisos e o Educador reconheça o seu importante papel e desenvolva uma prática assente na partilha de saberes e na capacidade de reflexão – Prática Reflexiva (Perrenoud, 1999). Ora, o espaço Educativo, segundo Santos (2005, p.35, citando Pérez Serrano, 1997, p.57), é "um lugar onde se aprende a viver com os outros, a respeitá-los, a compartilhar, a ser tolerante, e, definitivamente, a se formar como bom cidadão". Assim, para Zabalza (1992, cit. por Santos, 2005, p.35), os espaços Educativos deveriam incrementar a função de contribuir para o comportamento autónomo e responsável das suas crianças, para a inserção das mesmas numa cultura perante a aprendizagem de valores, normas e regras de conduta, e colaborar para o desenvolvimento de relações interpessoais e sociais, em suma, formar cidadãos (Delfrance, 2001, p.10 cit. por Santos, 2005, p.36). A Cidadania implica assim, não só o conhecimento dos deveres e dos direitos, mas também, segundo Sampaio citado por Henriques (2000, p.45), o reconhecimento que é através dos diferentes agentes educativos que se ganha o sentido de que somos pertencentes a uma comunidade democrática, viva, herdeira de uma história, de uma cultura e de uma língua.

É nesse sentido que plataforma mais ampla dos Direitos Humanos, não pode ser apenas uma lembrança intermitente para fazer denunciar os abusos e violações mais gritantes que nos são oferecidos todos os dias, mas sim assumir-se como um verdadeiro projecto de sociedade desejável. O ideal seria recolher o património dos Direitos Humanos, como a melhor promessa de uma humanidade em busca de sua grandeza e tê-la como um horizonte concreto. Talvez esteja aí, com precisão, a actualidade dos Direitos Humanos (Rolim, s/d)[1].

Para Santos (s/d) “a política dos direitos humanos é basicamente uma política cultural. Tanto assim é que poderemos mesmo pensar os direitos humanos como sinal do regresso do

[1] Capturado [on line]Por uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos_ficheiros\Atualidade dos Direitos Humanos.htm

cultural, e até mesmo do religioso, em finais de século. Ora, falar de cultura e de religião é falar de diferença, de fronteiras, de particularismos. Podemos não saber como será a sociedade do futuro, poderemos reconhecer o quão preocupantes são os equívocos de hoje, mas temos de saber encontrar numa visão mais ampla o que haverá de comum no Homem, independentemente do espaço e do tempo. O lugar-comum terá então que ser descoberto nas situações paradoxais existentes e a metodologia deverá assentar numa procura carregada de intencionalidade. Em Educação nada pode acontecer por acaso e também não será por acaso que os Direitos Humanos irão *bater à porta* da Escola. "A educação para os Direitos Humanos é, por isso, uma educação *sobre* os Direitos Humanos, mas também *para* os Direitos Humanos e tem que superar o fosso, muitas vezes existente, entre o saber e a acção" (Santos, 2001, p.6). Perspectiva-se assim uma educação para a Cidadania encarando-a como "expressão de uma formação integral" (Santos, 2005, p.36).

Os espaços Educativos deverão encontrar estratégias que os lancem para além da simples citação dos Direitos Humanos e sua memorização, levando-os a promover o conhecimento dos direitos de todos e dos meios para os fazer respeitar. Assim, a Educação para os Direitos humanos deve constituir **"uma prática participativa, num clima de respeito mútuo e visar não só a aquisição daqueles conhecimentos mas o desenvolvimento de atitudes e a construção de valores conducentes à aplicação universal e quotidiana dos Direitos Humanos"** (Santos, 1998).

7. Objectivos

7.1. Objectivos Gerais

O Conselho do programa de educação para a Educação em Direitos Humanos da Europa define a Educação em Direitos Humanos como sendo integradas em programas educacionais que se concentrem na **promoção da igualdade na dignidade humana**, em conjunto com programas como os que **promovem a aprendizagem intercultural, a participação e capacitação das minorias** (Brederode-Santos, et. al, 2007) . Nesse sentido, a chave para a definição da Educação em Direitos Humanos é o seu objectivo, ou seja, independentemente da metodologia ou do contexto, o objectivo será sempre o **desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos**. Assim, cruzando os elementos essenciais que essa cultura pode fornecer com os princípios e valores da APACCF, consideramos os seguintes objectivos gerais para o Projecto Educativo (PE):

- Fortalecer o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais;
- Capacitar as pessoas para uma cidadania mais ativa
- Valorizar a dignidade humana e desenvolver autorrespeito individual e respeito pelos outros;
- Desenvolver atitudes e comportamentos que levem ao respeito pelos direitos dos outros;
- Promover a democracia, o desenvolvimento, a justiça social, a harmonia comum, a solidariedade e a amizade, entre pessoas e nações;
- Assegurar a igualdade de género e a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, em todas as esferas;
- Promover o respeito, a compreensão e a apreciação da diversidade, particularmente em relação a diferentes minorias e comunidades, ao nível da nacionalidade, etnia, religião, linguística.

7.2. Objectivos Específicos

Educação em direitos humanos para crianças estabelece-se com base em valores universais de **Direitos Humanos, Compreensão Internacional, Tolerância e Não-Violência**.

A infância assume-se assim como o momento ideal para iniciar a aprendizagem ao longo da vida sobre e para os direitos humanos. Ora, o alcance dos objetivos da educação geral em Direitos Humanos poderá ser interpretado de acordo com o mundo da criança, nomeadamente no que concerne à experiência pessoal na comunidade, na família e nas relações pessoais. A criança, todos os dias se cruza com adultos e outras crianças e, nesse sentido, parece-nos fundamental, seguindo SANTOS et. al (2007), que se desenvolvam sentimentos de confiança e tolerância social, numa aprendizagem assente nos seguintes objectivos:

- Valorizar a si mesmo e aos outros;
- Reconhecer e respeitar os direitos humanos na vida quotidiana;
- Compreender os próprios direitos básicos e poder articulá-los;
- Apreciar e respeitar as diferenças;
- Adquirir atitudes para enfrentar conflitos de formas não-violentas que respeitem os direitos dos outros;
- Desenvolver a autoconfiança no que respeita a capacidade de agir habilmente de modo a defender e promover os Direitos Humanos.

É fundamental ter em linha de conta a idade das crianças e a sua operacionalidade, na medida da maturidade dos grupos. Assim, cada Projecto Pedagógico ou Projecto de Sala adequará a sua intervenção e definirá de forma apropriada e transversal os objectivos a atingir e a metodologia a utilizar.

No entanto, este PE apresenta-se com a premissa de **aprender sobre direitos humanos, aprender por direitos humanos e aprender em direitos humanos.**

8. Avaliação do Projecto Educativo

Face às dinâmicas actuais da sociedade e às permanentes exigências da educação formal e não-formal, a autoavaliação do PE é um procedimento indispensável e incontornável. A sua importância advém de ser um processo de regulação que requer a implementação de estratégias que conduzam à melhoria da qualidade do serviço prestado pelas diferentes respostas sociais, quer ao nível da organização e do funcionamento do estabelecimento, quer ao nível dos processos pedagógicos. Daí que analisar e refletir sobre a ação e o desempenho de um PE deve ser um acto recorrente, sistemático e plenamente participado (AZEVEDO, et. al., 2011).

Se por um lado a avaliação do PE "visa medir o grau de realização das acções, medidas e actividades consumados no seu plano estratégico", por outro, contempla um processo de regulação de toda a intencionalidade educativa, no sentido de se aferir, de forma intercalar, os diferentes percursos e se alterarem ou ajustarem as práticas.

Este PE pressupõe ser revisto no final de cada ano lectivo, recorrendo a AVALIAÇÃO FORMATIVA e AVALIAÇÃO SUMATIVA. A primeira consiste no acompanhamento das diferentes actividades realizadas e as estratégias envolvidas, recolhendo e tratando dados relativos ao desempenho. A segunda concerne à avaliação do progresso no final de um ciclo de implementação, utilizando os dados recolhidos a partir das diferentes avaliações formativas, confrontando resultados obtidos com o percurso e os processos envolvidos (adequados a cada grau de exigência, em conformidade com a maturidade dos diferentes grupos de crianças).

O grupo constituído para a realização da avaliação do PE será composto pelos seguintes membros:

a) Membro da Direcção;
b) Técnica de Serviço Social;
c) Coordenações de todas as respostas sociais para a infância.

Para se proceder à diferente recolha de dados serão utilizados os seguintes indicadores:

1) **OBSERVAÇÃO DIRECTA** -Partindo do desenvolvimento de Projecto Pedagógico ou de Sala, cada coordenação aferirá o desenvolvimento e a intencionalidade educativa e pedagógica, do cumprimento dos objectivos gerais e específicos definidos (através do trabalho produzido ao longo de cada período escolar);

2) **QUESTIONÁRIO – (**anexo 1) Será distribuído a cada trimestre, a todos os responsáveis de sala, em cada uma das respostas sociais.
3) ***FOCUS GROUP*** **–** Será identificado um grupo de 10 pessoas, entre os diferentes profissionais que desenvolvem o PE em sala/grupo, de modo a se aprofundarem determinadas questões decorrentes do desenvolvimento das práticas e se orientarem caminhos;
4) Elaboração de tabelas de resultados, resultantes das ferramentas acima identificadas, e reuniões para reflexão e ajustamento de processos, caso se verifique.

9. Posições Finais

À Escola voltaremos sempre, no meio das nossas inquietações. É lá que as soluções terão que ser encontradas. É a referência de mudança positiva a que as sociedades recorrem quando as crises ameaçam colapsos sociais. A Escola aparece assim como a esperança do recomeço, a única que poderá apontar e garantir as condições de sobrevivência de uma sociedade assente em valores de tolerância, de solidariedade e de democracia. Não bastará nunca consumir teorias, aos profissionais de educação caberá o dever de se manterem actualizados sobre o mundo que os rodeia e construir uma visão crítica dos problemas com que a sociedade se confronta.

As crises de valores de um mundo em mudança, como o de hoje, tendem a radicalizar posições, colocando a sociedade num ponto conflitual, para o qual terá necessariamente que encontrar uma resposta. Os Direitos Humanos têm vindo a surgir como uma necessidade urgente de serem entendidos como um ponto convergente dos ideais da humanidade, dado que coloca o Homem no centro de todas as intenções. Não temos de saber todas as respostas para promover a educação para os Direitos Humanos e os Direitos Humanos não serão provavelmente a única resposta possível, mas uma vez compreendidos e assumidos, poderão constituir uma arma poderosa para difundir a esperança no futuro e produzir a mudança.

O discurso político é um discurso vago, assente na sua maioria em interesses de grupos enquanto inseridos em sociedades dominadas pela economia, não se compadecendo com as raízes culturais em presença, com as necessidades locais, de pertença, sem preocupação da comunicabilidades entre o próximo e o global, entre os interesses individuais e de pequeno grupo e a abundância para todos, que tanto se publicita.

Fala-se em nome de uns para se defender os interesses de outros, fala-se em nome de muitos para se defender interesses de poucos. Os discursos parecem assim viciados e conducentes a situações ambíguas e conflituosas. Só a Investigação Social e Educativa, só nos debates sobre Educação, só a Escola, poderá trazer alguma clareza a este confronto para que os direitos de cidadania, no que eles possam ter de mais particular, não colidam com os direitos do homem, ainda que remetam para conceitos mais gerais, e seja possível estabelecer plataformas de comunicação e respeito mútuos.

Em todos os bancos de Escola há uma consciência por despertar, uma realidade por atingir, uma sociedade comum. A esses bancos há que levar a dimensão planetária das verdades,

encarando a de todos não como absoluta mas como possível, respeitando a individualidade de cada um e abrindo as portas à solidariedade e à tolerância.

Como entende Boaventura Santos (1987, p.8) é preciso começar a colocar questões elementares e a obter respostas igualmente elementares, "foram assim as perguntas de Rousseau; terão de ser assim as nossas".

Todas as teorias científicas naturais e sociais aliadas às práticas, tornando a pessoa o centro do conhecimento, ou, segundo Boaventura de Sousa Santos (1987, p.44), a "natureza no centro da pessoa" para que se construa um mundo, nem social, nem global, mas de ambos!

É por isto que trabalharemos afincadamente, todos os dias.

A todas as crianças do mundo.

10. Bibliografia

ABRANTES, Paulo; FIGUEIREDO, Carla Cibele; SIMÃO, Ana Margarida Veiga – Reorganização Curricular do Ensino Básico: Novas Áreas Curriculares. Lisboa: DEB, 2002. 67p. (Reorganização Curricular do Ensino Básico; 2) ISBN 972-742-158-X

AFONSO, Maria Rosa – Construir e Viver a Cidadania em Contexto Escolar. Lisboa: Plátano, 2005. p.5-53 (Aula Prática) ISBN 972-770-415-8

BREDERODE-SANTOS, Maria Emília (et. al.) – Compasito Manual on human rights education for children. Húngria: Council of Europe, 2007. 2ª edição. 308p. ISBN 978-92-871-6369-1

CORTESÃO, Luísa – Escola, sociedade, que relação? Porto: Afrontamento, 1988. 239p. (Biblioteca das ciências do homem. Pedagogia, ciências da educação; 1)

COSTA, Paulo Manuel; QUEIROZ, João *In* Manual para a concepção de um projecto de Educação para o Desenvolvimento, CIDAC, 2000

DEFARGES, Philippe Moreau – A mundialização: o fim das fronteiras?. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. 165p. ISBN 972-8329-90-3

DELORS, Jacques (et al.) – Educação, um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Asa, 1996. 256p. (Perspectivas actuais). ISBN 972-41-1775-8

EDUCAÇÃO para os Direitos Humanos. Lisboa: IIE, s/d. ISBN: 972-783-037-4

ESTÊVÃO, Carlos V. – Justiça, direitos humanos e educação na era da globalização *In* MOREIRA, António Flávio; PACHECO, José Augusto (orgs.) – Globalização e Educação: Desafios para políticas e práticas. Porto: Asa, 2006. p.31-60 (Currículo, Políticas e Práticas; 26) ISBN 972-0-34826-7

FERREIRA, Manuela Sanches; SANTOS, Milice Ribeiro dos – Aprender a ensinar, ensinar a aprender. Porto: Afrontamento, 2000. 3ªed. 110p. (Polígono; 2) ISBN 972-36-0350-0

PERRENOUD, Philippe – Formar professores em contextos sociais em mudança prática reflexiva e participação crítica. Revista Brasileira de Educação. [Rio de Janeiro]: Editora Autores Associados. ISSN 1413-2478. n°12 (1999), p.5-21

POR uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos [on line]. Disponível na Internet via WWW. URL: http://dhnet.org.br/direitos/militantes/Boaventura/Boaventura_dh.htm. Arquivo capturado em 1 de Junho de 2006.

ROLIM, Marcos – Actualidade dos Direitos Humanos [on line] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/marcosrolim/rolim.htm. Arquivo capturado em 24 de Abril de 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa – Um discurso sobre as ciências. 14ªedição. Porto: Afrontamento, 2003. 59p. (Histórias & ideias; 1) ISBN 972-36-0174-5

SANTOS, Maria Emília Brederode – Os Aprendizes de Pigmaleão. Lisboa: IEPD, 1985. p.101-140 (Educação, 2)

SANTOS, Maria Emília Brederode *In* LOPES, Georgina (coord.) – Direitos Humanos: Guia anotado de recursos. Lisboa: CCPES; DEB; DES; IIE, Maio, 2001. ISBN: 972-783-056-0

SANTOS, Maria Manuela Ventura – A Formação Cívica no Ensino Básico: Contributos para uma Análise da Prática Lectiva. Porto: Asa, 2005. 90p. (Cadernos do CRIAP; 46) ISBN 972-41-4137-3

A norma utilizada para a realização da bibliografia foi a Norma Portuguesa 405-1 e o critério de ordenação das referências é o da ordem alfabética de apelidos dos autores.

ANEXOS

ANEXO 1

RESPOSTA SOCIAL CATL SALA ---- TÉCNICA/O Ilda Pereira; Carla Diegues; Sofia Charuto

DATA 05/01/2018 (1º_ PERÍODO)

CUMPRIMENTO OBJECTIVOS GERAIS				
NENHUM	**UM**	**ALGUNS**	**TODOS**	**AINDA EM PROCESSO**
		X		X
CUMPRIMENTO OBJECTIVOS ESPECÍFICOS				
NENHUM	**UM**	**ALGUNS**	**TODOS**	**AINDA EM PROCESSO**
		X		X
SUCESSO DAS ACTIVIDADES/ACÇÕES/ESTRATÉGIAS UTILIZADAS				
MUITO BOM	**BOM**	**SATISFATÓRIO**	**NEGATIVO**	**AINDA EM PROCESSO**
				X

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO/OBSERVAÇÕES:

OUTRAS DIFICULDADES:

ANEXO 1

RESPOSTA SOCIAL CATL SALA ---- TÉCNICA/O Ilda Pereira; Carla Diegues; Sofia Charuto

DATA 05/01/2018 (1º_ PERÍODO)

PARTILHA DE ACTIVIDADES E/OU EXPERIÊNCIAS: